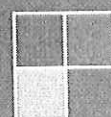


2020

Relatório e contas do exercício de 2020

A Direção apresenta neste documento o relatório de contas do exercício económico de 2020. Apresenta o resumo dos mapas financeiros e de gestão a fim de melhor apresentar os seus resultados.





Índice	
Identificação da Entidade.....	3
Designação	3
Sede	3
Natureza da atividade	3
Órgãos Sociais: Quadriénio 2020 / 2023	3
Direção:	3
Conselho Fiscal:.....	3
Relatório de Gestão	4
Introdução Institucional	4
Enquadramento Económico	5
Organização Interna	6
Resultados Operacionais	6
Execução Orçamental	7
Informação Económica e Financeira.....	7
Valores dos Fundos Patrimoniais e Passivo:	10
Análise dos Gastos:.....	10
Análise dos Proveitos:	11
Análise de Resultados	11
Conclusão:	12
Proposta de Distribuição de Resultados.....	12
Considerações Finais:	12



Identificação da Entidade

Designação

A Instituição adota o nome de CENTRO PAROQUIAL – Casa da Sagrada Família de Penafiel, fundada em 09 de dezembro de 1948, identificada nas finanças sob o NIF nº. 501 651 039.

Sede

Rua Direita, nº. 87, CP - 4560 462 PENAFIEL.

Natureza da atividade

É uma Instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar ajuda à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), por despacho de 15 de junho de 1984, no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº. 20/84, a Fls. 48 e verso.

Em conformidade com as naturezas que lhe provém, a Instituição presta serviço de apoio à Infância, através das Valências da Creche, Pré. Escolar e CATL.

Órgãos Sociais: Quadriénio 2020 / 2023

Direção:

Presidente: Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha

Vice-Presidente: Manuel Vieira Lopes

Secretária: Sandra Cristina Cerqueira Santos

Tesoureira: Herminia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita

Vogal: Luís Tadeu Pimenta Carvalho

Conselho Fiscal:

Presidente: António Pinto Alves

Secretário: José Henrique Sousa Mendes

Vogal: António Francisco de Oliveira Ferreira



Relatório de Gestão

Introdução Institucional

O Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel é uma instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar apoio à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã. A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), desde 15 de junho de 1984, por despacho da Direção da Segurança Social, com novos estatutos aprovados pelo diocese do porto em 30 de setembro de 2015.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a instituição tem como principal área de atuação "Atividades de Apoio Social à Infância, sem alojamento", através das Valências de Creche, Pré-escolar, CATL-Centro de Atividades Tempos Livres e Centro de Estudo.

Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2020, a elaboração é feita pela Direção, com a colaboração direta do Contabilista Certificado, que posteriormente o submete ao Parecer do Conselho Fiscal para posterior remessa ao Ordinário do Lugar, conforme determina a alínea b), do número 1, Artigo 19º, dos Estatutos da Instituição.

Este Relatório representa assim, a continuação de um ciclo que tem por objetivo a promoção da missão da Instituição num contexto social que, naturalmente coloca desafios diferentes em cada ano, num tempo adverso que permanece no nosso País. Saliencia-se que a delicada situação social que se continua a viver em todo o mundo e também em Portugal, aumenta a responsabilidade das IPSS Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz, a sua missão. Neste contexto, as IPSS envolvidas devem reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade, não obstante as dificuldades trazidas pela conjuntura económico-financeira instalada.

Este conjunto de documentos procura relatar a posição económico-financeira da Instituição, constituído pelas Demonstrações Financeiras exigidas pelas diretivas da Norma Contabilística e Relato Financeiro das Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF – ESNL), acompanhadas de várias informações técnicas de modo a tornar mais simples a sua interpretação.

Após aprovação por todos os Órgãos Estatutários os documentos contabilísticos serão submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo Instituto da Segurança Social.



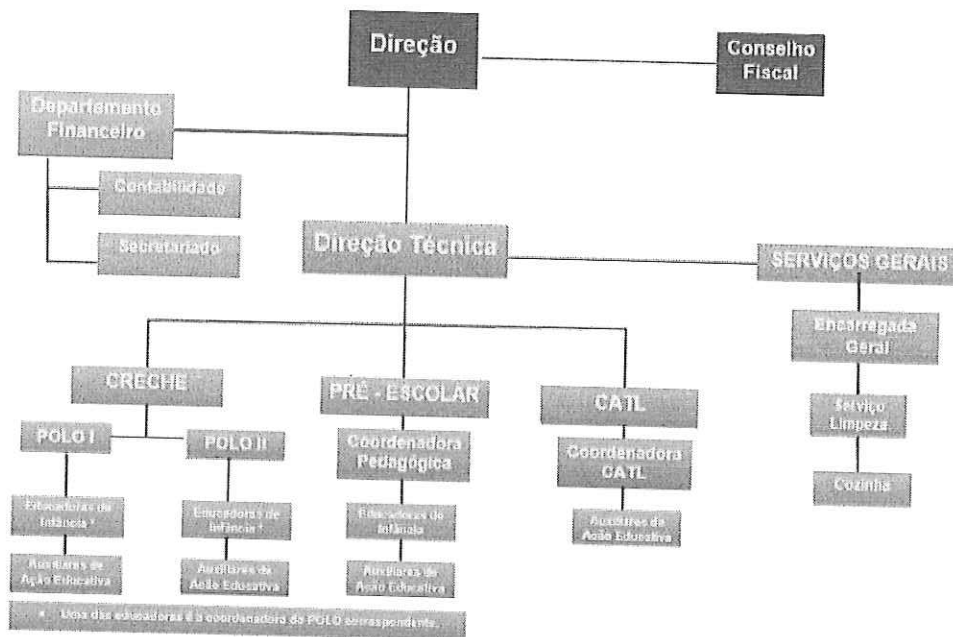
Enquadramento Económico

As IPSS são instituições sem fins lucrativos, com um dever social de solidariedade e de justiça perante a sociedade, que têm como fim ajudar os que mais precisam, para que estes estejam devidamente acompanhados e integrados na sociedade. Estas instituições não são administradas diretamente pelo estado ou pelas autarquias locais, na verdade qualquer pessoa pode abrir uma atividade que funcione como IPSS, mediante inscrição na segurança social, sempre com a finalidade de apoiar a comunidade carenciada. As IPSS procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis na sua área de atuação, hoje em dia assumem ainda uma especial importância na dinamização das economias locais, com a criação de empregos. No contexto macroeconómico e segundo estudo efetuado e divulgado pelo presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) afirmou que as instituições se "confrontam com imensas dificuldades" e têm um "défice progressivo assustador", uma vez que as participações são insuficientes. Atendendo ao histórico evolutivo da sobrevivências das instituições económico financeira viram-se ainda com mais dificuldades neste último ano. Desde março do ano passado, quando foram registados os primeiros casos de infeção de covid-19 em Portugal, 12% das organizações sem fins lucrativos tiveram de fechar portas, um problema que afetou mais fortemente as instituições ligadas às "artes, cultura, desporto, educação e juventude", revela o estudo 'Economia Social em Portugal no contexto da Covid-19 -- 2.ª edição'. A capacidade das Organizações Economia Social (OES) para continuar a prestar serviços "diminuiu consideravelmente", segundo o trabalho realizado por investigadores dos institutos politécnicos de Setúbal e de Portalegre, no qual participaram 944 organizações. Assim, 12% (114 organizações) deixaram de realizar qualquer atividade e, entre as que se mantiveram no ativo, mais de metade (54%) teve uma "redução drástica ou moderada de atividade", segundo informação avançada hoje pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP). Apenas 34% (323 organizações) conseguiram adaptar-se e ter recursos para continuar a prestar apoio: neste grupo, metade manteve as respostas que dava antes da pandemia e a outra metade conseguiu mesmo aumentar as ajudas. Se a maioria das OES confirma que tem condições financeiras para honrar os compromissos e manter atividade nos próximos três meses, existem 11% que ponderam encerrar atividade, uma vez que não são sustentáveis. Uma em três instituições em risco de fechar (34%) são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), segundo o estudo baseado em inquéritos online realizados entre 9 de fevereiro e 25 de março. Durante a pandemia, metade das OES recorreu a apoios públicos ou de outras entidades para tentar repor ou aumentar os recursos para a sua atividade, mas também houve um esforço em reduzir custos, através de medidas como a diminuição de despesas não essenciais ou o encerramento de serviços e gastos com pessoal, como o 'lay-off'. No que respeita a recursos humanos, a maioria das instituições tem até dez voluntários, sendo que as OES com grande dimensão de mão-de-obra têm o seu enfoque em trabalhadores pagos. No entanto, quase um quinto (19%) confirma que não terá condições para manter os seus trabalhadores e 20% não irão conseguir pagar por completo as remunerações devidas, refere o estudo hoje divulgado. As OES sem estatuto de IPSS são as que estão a atravessar "maiores dificuldades financeiras para pagar as remunerações e manter postos de trabalho". Até ao momento, o encerramento de algumas OES já teve como efeito uma diminuição de pessoas ajudadas, em especial aquelas que davam apoio aos idosos, mas também na área da educação, desporto, artes e cultura. A maioria das instituições inquiridas (58%) acredita que estas pessoas que deixaram de receber apoio estão a passar dificuldades, sendo os idosos o grupo mais afetado, até porque acabaram os convívios e as ocupações ativas que "contribuam para a sua saúde física

e mental, a par da solidão decorrente do facto de viverem sozinhos". As crianças e jovens surgem de seguida, sendo apontada a falta de contacto com outras crianças devido ao encerramento das escolas e a vivência de crianças e jovens em contextos familiares desfavoráveis. Sendo cada vez mais importante a nossa atuação adaptada ao contexto pandémico, estando atentos as necessidades da comunidade.

Organização Interna

Figura 1 – Organograma da Instituição



Podemos afirmar que o funcionamento da instituição se modelou numa gestão de recursos de forma eficiente que estabelecemos como objetivo para o exercício de 2020.

Resultados Operacionais

Preocupada com a sustentabilidade da instituição e tendo em conta que o exercício de 2020 foi um ano atípico muito instável económico-financeiramente, mais uma vez, a Direção dedicou especial atenção à contenção de gastos. De salientar que tendo em conta a situação vivida e os sucessivos estados de emergência com regras restritivas, mantivemos todos os funcionários com a retribuição mensal a 100%. Neste exercício económico, num ano atípico focamo-nos na sustentabilidade. Apresenta-se um resultado negativo de 3976,76 (EBITDA), considera-se uma melhoria muito significativa ao nível da tesouraria, ou seja, analisando o resultado antes de impostos e amortizações e depreciações apresentamos um resultado positivo (EBIT), resultado que não estávamos a alcançar nos últimos exercícios. Adotando medidas e decisões ao longo do exercício que tiveram sempre presente a redução de gastos e a salvaguarda da manutenção ou melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes. Tivemos que nos reinventar, é certo que determinados gastos tendencialmente aumentaram por força das circunstâncias pandémicas.



Execução Orçamental

Cumpre-nos, finalmente, assinalar com inteiro agrado o nível de execução e eficiência orçamental no que concerne aos gastos, efetivamente houve um acréscimo de gastos, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos, que a sua execução não podia ser adiada. Quanto ao proveito evidencia-se uma diminuição muito significativa nas prestações de serviços, reflexo do efeito da pandemia, contudo com a execução de alguns projetos ao investimento e apoios à exploração por parte da Segurança Social conseguimos manter o equilíbrio financeiro.

Mapa comparativo entre Previsão Orçamental / Execução (exercício de 2020)

Rúbricas	Previsão	Execução
Custos:		
Custo Mat. Sub. e Consumo	71 000 €	73 743 €
FSExternos	117 540 €	97 376 €
Gastos c/Pessoal	656 420 €	664 805 €
Depreciações	18 970 €	18 823 €
Outros gastos	7 500 €	550 €
soma dos custos....	871 430 €	855 297 €
Proveitos:		
Prestação de Serviços	382 500 €	291 410 €
Comparticipação ISS	412 530 €	462 991 €
Comparticipação IEFP	0 €	0 €
Juros e outros similares	500 €	0 €
Outros rendimentos	77 000 €	96 918 €
soma dos proveitos....	872 530 €	851 319 €
Resulta de exploração....	1 100 €	-3 978 €

Valores apresentados arredondados as unidades

Nota: Tendo em conta o rigor e a base de trabalho realista na elaboração do orçamento, o resultado é compreendido e aceite tendo em conta a instabilidade económica financeira que atravessamos. Salientar que ocorreu uma diminuição muito significativa nas comparticipações familiares, contudo foi possível candidatar e executar alguns projetos e apoios para a estabilização económica no qual foi crucial para minimizar o impacto desta diminuição.

Informação Económica e Financeira

A Direção, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido, presta, a seguinte informação referente ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 2020, contida nas demonstrações financeiras instrumentos de gestão, nomeadamente: **Balanço; Demonstração de Resultados por Natureza; Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo.**

De forma resumida, apresentamos, seguidamente, alguns mapas de análises que se desenvolvem e explicam a evolução das componentes económico-financeiras, tornando assim mais fácil a sua interpretação.

BALANÇO Modelo Reduzido
Balanço a 31 de Dezembro 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	456296,75	465 711,32
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis	5	292,55	1 119,69
Outros ativos financeiros	6	488,19	488,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/Associados			
		457 077,49	467 319,20
Ativo corrente:			
Inventários	7		2 342,70
Clientes e Utentes	13.1	2796,1	1136,99
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		8010,03	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/Associados			
Outras contas a receber			
Diferimentos	13.3	2138,68	1 803,24
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	13.4	238758,84	232 455,79
Caixa e depósitos bancários	13.5	278519,19	248 471,63
		530 222,84	486 210,35
Total do Ativo		987 300,33	953 529,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	40600,51	40 600,51
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.6	804612,23	828 453,38
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	13.6	7990,7	
		853 203,44	869 053,89
Resultado líquido do período	13.6	-3 976,76	-23 841,15
		849 226,68	845 212,74
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		849 226,68	845 212,74
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.7	9299,24	13 901,70
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	13.2	15654,52	14 201,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/Associados			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		7042,73	
Outras contas a pagar	13.8	106077,16	80 213,62
Outros passivos financeiros			
		(138 073,65)	(108 316,81)
TOTAL DO PASSIVO		138 073,65	108 316,81
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		987 300,33	953 529,55



Análise das contas mais significativas

Contas do Ativo:

C/11, 12 e 13:- Caixa e Bancos: - Os seus valores refletem os meios financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2020, assim distribuídos:

Em Caixa	1.062.20 €
Instituição financeira: Caixa Geral de Deposito	
Em Deposito à Ordem	42.456.99 €
Em Depósitos a Prazo	235.000,00 €

Comparativamente com o exercício anterior verifica-se estabilização ao nível da tesouraria, contudo ainda não está no nível de eficácia e eficiência desejado por esta direção uma outra nota positiva, não foi necessário resgatar qualquer verba das contas de depósito a prazo para suprir necessidade de tesouraria, face as pequenas reparações inadiáveis e o acréscimo de alguns custos devido a situação pandémica que enfrentamos.

C/21, 27 e 28:- Representa a dívida de terceiros constituída, na sua maior parte, pela FIP (Fábrica da Igreja de Penafiel) 229.963,49 €.

Os valores restantes que constam do balanço são valores associados ao ticket infância em trânsito, com exceção de 1.280 €, de três Utentes do Pré-Escolar em situação de contencioso e 397 € de um inquilino, em igual situação.

C/41-42-43 Propriedade de investimento e Ativos Tangíveis: Regista um aumento líquido no valor de 18462,59 € sujeitos a depreciação nos termos da Lei referente a pequenas obras de conservação e reparação efetuadas no edifício onde operam as diversas valências, bem como a aquisição e equipamento básicos e ferramentas e utensílios.

C/22 – Fornecedores: - Totaliza os créditos de fornecedores em 31 de dezembro, totalmente pagos em 2020, cumprindo os prazos de pagamento acordados, de 30 a 60 dias da data de emissão da fatura conforme os acordos.

C/24 - Sector Público: – Evidencia os valores das contribuições, quotizações e retenção na fonte feita a funcionários nos vencimentos de dezembro de 2020, ainda retenções de Trabalhadores independentes. Os valores evidenciados já foram entregues ao Estado dentro dos prazos legais.

C/27–28- Diferimentos e outras contas a pagar: - A verba de 106077,16 € refere-se, exclusivamente ao valor de encargos com o pessoal referente ao vencimento do mês de férias, Subsídio de Férias, Contribuições para a segurança social e seguros a liquidar em Junho de 2021, relativos a 2020.

Valores dos Fundos Patrimoniais e Passivo:

Fundo Patrimonial: C/56 - Resultados Transitados: – Agrupa os valores acumulados do Resultados Líquidos apurados nos exercícios económicos anteriores. Salientar a variação do fundo patrimonial positivo de 7990,70€ referente ao subsídio ao investimento.

Análise dos Gastos:

A situação económica da Instituição, no exercício de 2020, apresenta uma evolução em termos de custos que reflete, o exercício em situação atípica do corrente ano.

Em termos de variação e estrutura de custos a sua discriminação representa-se no mapa abaixo:

Resumo por contas de Gastos

Conta		Exercícios	
		2020	2019
GASTOS			
61	Custo merc.vendidas e mat. consumidas	73742,13	65027,91
62	Fornecimentos e serviços externos.....	97376,40	122124,40
63	Gastos com o pessoal	664804,68	640247,60
64	Gastos de depreciação e amortização.....	18822,79	19172,47
65	Perdas por imparidade.....		
66	Perdas por redução do justo valor.....		
67	Provisões do período.....		
68	Outros gastos e perdas	550,34	6170,41
		855296,34	852742,79

Analisando a variação dos Gastos globais de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, verifica-se um aumento, justificado com as medida obrigatórias de implementação para combate e contenção do viros COVID19, salienta-se a rubrica de gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos as que mais contribuíram para o total dos gastos, gastos estes indispensáveis para apoiar as famílias na persecução dos nossos fins estatutários. Os gastos com o pessoal representam os compromissos contratualizados com os funcionários que integram a estrutura do quadro do pessoal, que tem exigência do Instituto da Segurança Social, segundo o nº. de utentes conforme discriminamos no quadro abaixo:

Quadro de pessoal em 31-12-2020 p/Valências

Categ/Prof.	QT.	Setores			
		Creche	Pr-Esc	CATL	Comuns
Diretor Financeiro	1				1
Diretora Técnica	1				1
Encarregada Geral	1				1
Educadoras	8	4	4		
Professora Primária.	3			3	
Aj. Educação	15	9	4	2	
Assist. Administrativo	1				1
Cozinheira / Aj Cozinha	4				4
TA-Serv- Gerais	6				6
Soma.....	40	13	8	5	14

Análise dos Proveitos:

Os proveitos têm a sua maior expressão nas mensalidades cobradas aos utentes e subsídio à exploração atribuída pelo Instituto da Segurança Social, nos termos dos acordos estabelecidos, segundo a lotação nas diversas valências donde resultou os seguintes valores:

Resumo por contas de proveitos:

RENDIMENTOS			
71	Vendas		800,00
72	Prestações de serviços	291410,37	354181,80
73	Variações nos inventários da produção		
74	Trabalhos para a própria entidade		
75	Subsídios à exploração	462991,39	386815,61
76	Reversões.....		
77	Ganhos por aumentos de justo valor.....		
78	Outros rendimentos e ganhos	96917,82	87088,34
		851319,58	828885,75
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares.....		15,89
	Total	851319,58	828901,64

Analisando a variação dos rendimentos na sua globalidade entre 2020 e 2019, verifica-se uma diminuição das participações familiares reflexo do efeito da pandemia. Esta diminuição concerne os descontos efetuados nas mensalidades bem como revisões efetuadas a quando do pedido das famílias por alteração da situação económico-financeira. Para atenuar o efeito negativo da pandemia nas famílias foi possível executar projetos e apoios ao nível do investimento e da exploração no qual atenuou o impacto da diminuição das mensalidades.

Análise de Resultados

C/81 - Resultado Líquido do Período: – Revela a diferença entre os Proveitos e os Gastos do exercício de 2020 traduzindo um Resultado líquido negativo no período, de 3 976,76€, resultado consequente e proveniente de duas razões fundamentais:

1. Ano económico muito instável devido a pandemia do COVID 19, que refletiu-se nas mensalidades.
2. Aumento dos gastos por exigências legais de combate e contenção a pandemia. Nomeadamente algumas aquisições de equipamentos de proteção individual, reorganização de espaços e produtos de desinfeção e higienização.

Conclusão:

Perante um ano com muitas dificuldades, económicas, sociais e emocionais, foi possível fazer a diferenças em diversas situações, adaptamo-nos, reajustamo-nos indo de encontro as famílias, obtendo um resultado social positivo. No que respeita as Contas de Gerência com saldo negativo, faz com que esta Direção encare o próximo ano com a dedicação e empenho que sempre presta tendo por base o cumprimento orçamental nomeadamente ao nível dos gastos. Encerramos este exercício económico com a consciência de dever cumprido tendo gerido a instituição de modo a prestar um serviço à comunidade de qualidade e sem diferenciação, apresentando o lado social muito positivo.

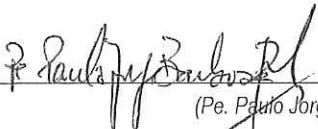
Proposta de Distribuição de Resultados

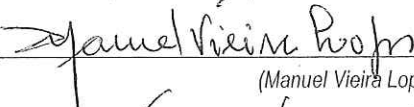
A Direção propõe que o Resultado do Exercício de 2020, representado por "(3976,76€)", seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.


Considerações Finais:

A Direção agradece o empenho e a colaboração dos restantes Órgãos Sociais bem como de todos os funcionários da Instituição, por terem contribuído, de modo exemplar e muito significativa, para o funcionamento da instituição.


A Direção:

Presidente: 
(Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha)

Vice-Presidente: 
(Manuel Vieira Lopes)

Secretária: 
(Sandra Cristina Cerqueira Santos)

Tesoureira: 
(Herminia Fausta R. C. Mesquita)

Vogal: 
(Luis Tadeu Pimenta Carvalho)

RELATÓRIO DO CONTABILISTA CERTIFICADO**CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020**

O presente relatório é elaborado respeitando o “código deontológico dos Contabilistas Certificados”. Saliento alguns pontos do código deontológico nomeadamente, o contrato de trabalho celebrado pelo contabilista certificado não pode afetar a sua isenção nem a sua independência técnica perante a entidade patronal, nem violar o Estatuto dos Contabilistas Certificados ou o presente Código Deontológico. No exercício das suas funções, o contabilista certificado não deve subordinar a sua atuação a indicações de terceiros que possam comprometer a sua independência de apreciação, no exercício da profissão, o contabilista certificado devem respeitar as normas legais e os princípios contabilísticos em vigor, adaptando a sua aplicação à situação concreta das entidades a quem presta serviços, pugnando pela verdade contabilística e fiscal, evitando qualquer situação que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão.

Através do presente relatório de gestão, pretende-se dar a conhecimento a todos os interessados que com esta tem relações, de alguns aspetos que considera mais relevante económico – financeiro relacionado com as atividades desenvolvidas pelo “Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel” no exercício de 2020. Assim, de entre outros, executei os seguintes procedimentos:

1) Adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Instituição e que se divulga em documentos anexos;

2) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o BALANÇO e DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, elaborados de acordo com as normas instituídas pelo SNC e NCRF-ESNL.

3) Análise de informação financeira divulgada, tendo efetuado os análises e conciliações que considere oportunos em função dos valores envolvidos:

3.1) Conciliação das contas bancárias, efetuada entre os extratos bancários e os registos contabilísticos da Instituição;

3.2) Análise e teste dos vários elementos de Gastos e Proveitos do exercício, com particular incidência no seu balanceamento, tendo por regra contabilística a do acréscimo:

3.3) Em consequência do trabalho desenvolvido entendo ser de relatar o seguinte:

i) O suporte documental dos registos contabilísticos encontra-se devidamente classificado numerado e organizado, permite salvaguardar a rapidez e segurança da sua comprovação;

ii) Conferi a contagem física dos fundos de caixa, tendo verificado a sua evolução no decorrer do exercício;

iii) As contas foram devidamente conferidas, e todas as obrigações declarativas fiscais e contributivas foram satisfeitas.

3.4) Foram calculados os seguintes Acréscimos e Diferimentos:

ii) Custos diferidos, expressa as despesas pagas em 2020 relativas a 2021.

iii) Acréscimos de custos: Os saldos expressos no Balanço, referem-se às remunerações a pessoal, a Liquidar em 2021, relativas ao exercício de 2020, nomeadamente:

a)-Vencimento no mês de Férias

- b)-Subsídio de Férias
- c)-Contribuição à Segurança Social
- d)-Seguro de Acidentes de Trabalho

4. -CONTAS DE MATÉRIA PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO:

Analisei os procedimentos instituídos para a mais correta e possível determinação das quantidades físicas, sendo considerado o custo de aquisição para a determinação do seu valor.

5.-CONTAS DE ATIVOS:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Aumentos:

As aquisições de ativos foram contabilizadas nas contas adequadas.

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

As aquisições de ativos desta natureza foram contabilizadas nas contas adequadas e são referentes unicamente programas informáticos.

Depreciações:

As depreciações foram calculadas tendo em conta a natureza do ativo, aplicando as percentagens mínimas indicadas na TABELA A-II – Taxas genéricas, constante do Decreto Regulamentar nº. 25/2009, de 14 de setembro, do Ministério das Finanças, Publicado no DR 1ª. Serie Nº. 178, de 14 de setembro de 2009. A instituição dispõe de informatização do seu ativo, com criação de ficha individual de cadastro para cada bem adquirido posteriormente àquela data e ficha por grande grupo de ativos dos bens adquiridos anteriormente. Tal facto faz com que, o cálculo de amortizações seja efetuado de forma rigorosa e nos termos exigidos pelo NCRF-ESNL.

6. – AGRADECIMENTO

Agradeço a disponibilidade da Direção e a de todos os responsáveis da Instituição com quem me relacionei mais diretamente, em privilegiar os acessos à informação no âmbito da minha função a fim de dar resposta eficiente e eficaz.

"Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados". "Mahatma Gandhi"
Eu faço da dificuldade a minha motivação. O êxito vem na continuação. "Charlie Brown Jr"

Penafiel, 04 de Junho 2021



Adão Pinto CC Nº. 93841